

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO**
2 **DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos trinta
3 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se
4 virtualmente a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor
5 FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO, com a presença do senhor Thiago
6 Baldini da Silva, coordenador da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos seguintes
7 membros: André Martins Biancarelli, Antonio José de Almeida Meirelles, Edson Tomaz,
8 Iuriatan Felipe Muniz, João Luis Saraiva Moraes Abreu, Maria Helena Baena de Moraes Lopes,
9 Marisa Masumi Beppu e Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho. Havendo quórum, o SENHOR
10 PRESIDENTE dá início à Centésima Quadragésima Reunião Ordinária da Comissão de
11 Orçamento e Patrimônio, passando à Ordem do Dia, que é composta por um único item,
12 Primeira Revisão Orçamentária 2020, que naturalmente está destacado. Passa a palavra ao
13 senhor Thiago para que ele faça uma apresentação inicial. O senhor THIAGO BALDINI DA
14 SILVA compartilha a tela de apresentação para facilitar o acompanhamento da fala por todos
15 os membros. Informa que a primeira revisão orçamentária de 2020, após o lançamento de todas
16 as suas novas receitas e despesas, apresenta um déficit para o exercício de R\$200,2 milhões de
17 reais, somente para despesas de 2020. Considerando o saldo dos anos anteriores, aqueles R\$128
18 milhões que já foram orçamentados na proposta, chegam a uma estimativa de despesa total de
19 R\$329,4 milhões, fato que faz as despesas da Universidade superarem as receitas do tesouro do
20 estado, situando-se em 116,77%. Apresentando as receitas, informa que elas estão com um
21 valor 6,69% menor que a previsão contida no orçamento inicial, sendo uma perda real de
22 aproximadamente R\$171,5 milhões para o exercício. O maior impacto é nas receitas do tesouro
23 do estado; começaram o orçamento de 2020 imaginando, seguindo o parâmetro da lei
24 orçamentária anual do estado, uma receita líquida de R\$113,833 bilhões de ICMS para o ano.
25 Esse valor era aproximadamente 6,5% acima do que receberam em 2019, contando todas as
26 receitas do tesouro do estado. Há cerca de 15 dias, a Secretaria da Fazenda encaminhou uma
27 nova previsão de arrecadação para o exercício, que foi incorporada na primeira revisão. O valor,
28 que era de R\$113,8 bilhões, passou para R\$105,426 bilhões, uma queda de 7,39% do que estava
29 previsto para este ano. Aqui já percebem que os valores previstos pela Secretaria da Fazenda
30 são menores aos valores que foram efetivamente realizados no exercício de 2019. Esse fato gera
31 uma queda para a Universidade de, aproximadamente, R\$185 milhões do que estava sendo
32 estimado para 2020. Dentro da Aeplan e também na assessoria técnica financeira de todo o
33 Cruesp, nas últimas semanas conversaram para tentar imaginar qual seria uma previsão de
34 receita mais possível, e diante de todos os cálculos que fizeram, de acompanhamento de
35 arrecadação semanal que é repassado de fato aos municípios, movimento dos setores
36 econômicos, acreditam que essa previsão de R\$105,4 bilhões ainda é uma previsão bastante
37 otimista. Em todas as previsões que fizeram, os valores estavam situando-se abaixo desse. Mas,
38 devido ao momento de grande imprevisibilidade, decidiram manter o dado oficial da Secretaria
39 da Fazenda para não causar constrangimento. Ao enviar essa nova previsão, que eles já têm
40 desde março, eles podem trabalhar em alteração a qualquer momento. O próprio técnico que

1 encaminhou a previsão citou que talvez ela já estivesse otimista, e já deixou aberta a
2 possibilidade de eles fazerem uma revisão disso nos próximos meses ou semanas. Além do
3 ICMS anual que forma a quota-parte, informam na revisão que a Lei Kandir realmente não
4 entrou, não foi orçamentada novamente para 2020, por isso o valor permanece zerado. A
5 diferença em relação a dezembro de 2019 é que acontece uma suplementação de dotação
6 efetivamente de R\$4,7 milhões, que foi o que receberam de diferença dos recursos do tesouro
7 do estado na compensação que é feita no dia 20 de janeiro, onde sai de fato qual foi a
8 arrecadação de 2019. Essa diferença que é paga agora ajuda um pouco na melhora do caixa,
9 nos recursos financeiros que são apresentados mais para o final da revisão. E assim chegam nas
10 receitas do tesouro do estado em menos R\$170 milhões, uma queda de 6,8%. Apresenta o
11 gráfico onde a linha mais fina representa o que foi previsto na proposta orçamentária, a linha
12 pontilhada é a previsão mensal da Secretaria da Fazenda, e a linha azul é uma projeção que
13 fizeram, imaginando o número da Secretaria da Fazenda com a distribuição de arrecadação que
14 aconteceu no mês anterior, que dá elevação de um mês ou outro. O gráfico mostra a grande
15 dificuldade que vai acontecer na arrecadação, principalmente dos próximos três meses, que é
16 essa queda em abril, maio e junho de arrecadação. Talvez haja uma recuperação a partir de
17 outubro, se a economia estiver a 100%, talvez até acima do planejado. Como há muita incerteza,
18 não podem garantir o tamanho da queda, assim como também é difícil imaginar que vai haver
19 essa recuperação no final do exercício. O próximo gráfico apresentado demonstra que, em
20 valores reais, as receitas projetadas para 2020 já são menores que nos anos anteriores, pelo
21 menos 2018 e 2019, em todos os índices. Cita IPCA e IBGE, porque são índices médios, só
22 para não ficar alongando e fazendo apresentação três vezes o mesmo gráfico em outros índices.
23 No próximo gráfico, é demonstrada a queda que deve acontecer nos próximos meses de
24 arrecadação. Se analisarem os primeiros três meses, a arrecadação estava boa, tanto que o caixa
25 aumenta um pouco os recursos financeiros dentro da Universidade. Imaginando o IPCA,
26 tiveram uma arrecadação quase 3% maior do que a do mesmo período em 2019. Quando tudo
27 parecia estar melhorando, veio a pandemia, e vai fazer uma ruptura na série que é um pouco até
28 difícil de imaginar. A única coisa que podem afirmar é que possivelmente os três meses sejam
29 os piores meses de arrecadação, pelo menos da história recente da Universidade. Seguindo com
30 as receitas da Universidade, dividiram todos os itens de receita, e observa que as receitas de
31 aplicação financeira, pela primeira vez desde o acompanhamento nas revisões trimestrais,
32 ficaram abaixo das outras despesas. Informa que a queda de R\$10,7 milhões nas aplicações é
33 resultante da diminuição dos rendimentos que serão aplicados, devido à taxa de juros que vem
34 baixando por todo o período. Os recursos que serão necessários serem utilizados da reserva
35 estratégica vão diminuir o montante de aplicações, e aqui entra um fato especial da pandemia,
36 pois o mês de março, como foi tão divulgado pela mídia, foi terrível para as finanças, também
37 para as finanças da Unicamp. Não tiveram perdas maiores, o rendimento financeiro ficou, pelo
38 tamanho da Unicamp, próximo de zero, mas ainda tiveram um rendimento negativo nesse
39 período. As outras receitas da Universidade, em linha geral, permanecem como estão. Existe
40 uma queda nas outras receitas, principalmente por causa do Restaurante Universitário, pela

1 baixa arrecadação devido à suspensão das aulas e dos trabalhos presenciais. Seguindo, na
2 coluna C, o acordo de venda das folhas, com valores praticamente muito próximos aos
3 previstos, e entra uma novidade na receita própria, uma linha D, que são as receitas de doações
4 para enfrentamento da Covid-19. Apesar de fazerem a receita próxima chegar a um índice
5 apenas R\$1,6 milhão abaixo do estipulado, frisa que os R\$10,7 milhões já vão entrar
6 automaticamente como uma despesa para a pandemia. Então, eles aumentam as receitas, mas
7 lá na frente vão aplicar diretamente no crescimento das despesas. Entrando nas despesas,
8 informa que elas estão se situando 1,67% abaixo do montante estimado inicialmente, menos
9 R\$46 milhões, e informa que para a realização dessa proposta, pegaram todas as reduções de
10 despesas que foram possíveis captar em março, e já as aplicaram imaginando o restante desta
11 pandemia. Em grande parte, as despesas estão estimadas em redução nos itens em que
12 apareceram redução em março, pelos meses de abril, maio e junho. Para chegar nesses valores,
13 a pedido da Reitoria foram feitas diversas medidas de contenção de despesas, que já estão sendo
14 aplicadas para chegar nesses valores da revisão. Vai apresentar os valores um a um. Começando
15 com o Grupo Pessoal, há uma queda de apenas R\$6,8 milhões, 0,31%, mas já foram lançadas
16 todas as alterações. Tudo que entrou de acréscimo na folha, novas gratificações, designações
17 aprovadas, contratações que entraram, uma nova previsão da folha de pagamento, aplicação do
18 teto constitucional, em tudo isso foi feito o acréscimo. Apesar de citarem algumas reduções, a
19 proposta está mantendo todas as vagas que já foram aprovadas de contratação, tanto de docentes
20 como de servidores Paepe. Então, as reduções que serão citadas à frente se devem somente ao
21 recurso que está disponível para ser distribuído, não contando com as vagas já aprovadas. Essas
22 reduções apresentadas serão R\$700 mil em horas extras e horas de sobreaviso, em que estão
23 propondo uma redução, uma redução de 80% dos recursos para contratação de docentes e
24 pesquisadores, e de 50% para contratação de servidores Paepe que foram aprovados no
25 programa de desenvolvimento da carreira. Além disso, estão propondo o cancelamento total de
26 todos os recursos destinados à progressão em todas as carreiras no ano de 2020. Para chegar a
27 esses valores, também apresentam os valores de *royalties* do petróleo e uma movimentação,
28 que é de costume, na folha, entre o que foi feito em setembro, que foi a produção da proposta
29 orçamentária, e o que está sendo de fato, que aconteceu em março. Informa que apesar de os
30 *royalties* aparecerem em valores muito altos em março, em março houve um acerto de uma
31 cessão onerosa que o estado recebeu, e assim só vieram R\$3,5 milhões a mais para a Unicamp.
32 Então, apesar de um grande aumento, não imaginam que ele venha a se repetir em todos os
33 anos, e os *royalties* permanecerão mais ou menos como estavam. Em relação às outras despesas,
34 nas sentenças judiciais os valores são mantidos, uma vez que não sofreram grandes alterações,
35 e o grande volume de pagamento acontece no final do ano, daqueles precatórios que entram de
36 fato na proposta orçamentária. O próximo grupo, despesas de utilidade pública, sofreu uma
37 redução de R\$4 milhões, 7,39%; como fazem a compra da energia elétrica e esse valor já é
38 fixado durante os próximos anos, no ano de 2020 frente a 2019 houve uma redução do valor
39 efetivamente pago por megawatts de 7,72%. Aqui já foram aplicados também os reajustes de
40 tarifa de água que aconteceram, principalmente em Campinas e Piracicaba. As tarifas de energia

1 elétrica para a cidade de Campinas deveriam sofrer reajuste agora em abril, mas devido à
2 situação atual, já foi definido, mas foi transferido e entrará na Universidade somente em julho.
3 Como já mencionou anteriormente, a água e a energia elétrica são algumas das despesas que
4 tiveram redução em março, e já estimam essa redução para um momento futuro, portanto já
5 estão entrando com um valor mais próximo do que deve acontecer no ano. A próxima despesa,
6 restaurantes e transportes, vem indicada com uma redução de 6,5%, que se deu principalmente
7 com a diminuição das quantidades utilizadas para formulação das refeições, os gêneros
8 alimentícios, que estão estipulando que como já houve a queda em março, essa queda
9 acontecerá em abril, maio e junho devido a não ter as aulas e o trabalho presencial. Além disso,
10 está sendo proposto nesta revisão um trabalho de redução de despesas em todos os contratos, e
11 aqui entram os contratos de fretados. Estimam um percentual a ser atingido de 6% de redução
12 do valor anual, de R\$877 mil, que é um trabalho que a DEA e a DGA vão fazer daqui para a
13 frente. O mesmo trabalho entra no Grupo V, de despesas contratuais, onde já aparece uma
14 redução de 5,47%, e nesse caso das despesas contratuais imaginam que a redução será de pelo
15 menos R\$7 milhões nos contratos. É informado que a DGA e a DEA vão trabalhar nessas
16 reduções, tendo uma meta da redução de 25%, que é o valor legal permitido de redução de um
17 contrato, mas sabendo que como isso ainda será negociado com as empresas, talvez essa
18 redução não seja do tamanho exato de 25%, por isso já estão estimando um valor menor, porque
19 podem acontecer algumas dificuldades no percurso. O próximo grupo que tem uma mudança
20 expressiva são os programas de apoio. A redução de 8,61% é resultado das movimentações
21 gerais de recursos entre grupos de despesas, e aqui são propostas várias medidas para a Unicamp
22 conseguir o enfrentamento e a manutenção do caixa financeiro, permitindo o pagamento das
23 despesas sem nenhum problema. Estão com uma redução de 25% no programa de manutenção
24 predial de toda a Universidade, no programa de qualificação orçamentária, que são os principais
25 itens que causam impacto dentro das unidades. São citados diversos programas e bolsas de
26 programas Faepex, bolsa de auxílio intercâmbio, redução de programa de treinamento da
27 Educorp e redução também de 25%; e em alguns programas que a Reitoria entende que sejam
28 mais afetados pela crise, como o programa de professor especialista visitante, programa de
29 internacionalização, que estão sendo inviabilizados, a redução proposta de despesa é de 50%.
30 Seguindo para o próximo grupo de despesas, as manutenções das atividades existentes,
31 apresentam, além das movimentações normais, uma redução de R\$9,3 milhões, referente a 25%
32 dos valores aprovados em 2020 para as unidades de ensino, órgãos da Administração e área da
33 Saúde. Todos os recursos de manutenção predial, programa de qualificação e o custeio da
34 Universidade propriamente dito, a manutenção das atividades existentes, todos as reduções
35 estão sendo propostas no orçamento de 2020, então isso quer dizer que o orçamento de 2019, o
36 saldo recebido do ano anterior, nada disso está sendo contingenciado, assim como no caso do
37 pessoal, as contratações, as propostas aprovadas em 2019 também aparecem da mesma forma.
38 No próximo grupo de despesas, projetos especiais, apresentam dois grandes impactos. Foram
39 citados todos os aportes, como pagamento da taxa de lixo, que já foram aprovados pela COP, e
40 fazem uma redução de recursos em dois grandes grupos: um nos projetos estratégicos da

1 Universidade, onde o maior impacto vai ser a suspensão dos editais com foco em ensino e o
2 foco em pesquisa, o que por si só já dá uma despesa de R\$10 milhões. É informado que isso,
3 dependendo da situação orçamentária, será reavaliado no segundo semestre. Fazem redução de
4 R\$500 mil devido ao cancelamento da UPA e uma redução de R\$10 milhões, 66,7%, nos
5 investimentos aprovados referentes às obras priorizadas pela Depi. Então há um impacto
6 significativo. No próximo grupo de despesas, nas receitas próprias, o crescimento se deve
7 exatamente ao acréscimo das despesas referentes às doações recebidas em função do
8 enfrentamento da pandemia, então aqui esse crescimento de R\$8,8 milhões é fruto do aumento
9 de despesa de mais de R\$10 milhões. Nos créditos a conceder, os valores não empenhados,
10 como vem sendo tratado nos últimos anos, permanecem com o valor total. Informa que, dos
11 R\$128 milhões, R\$65 milhões já estão repassados e foram transferidos às unidades de ensino,
12 órgãos da Administração, área da Saúde. Então, dos recursos, tirando esses R\$65 milhões, o
13 restante, a parte que é relativa a obras, um valor de aproximadamente R\$45 milhões, é referente
14 a obras ou investimentos aprovados pela COP, e essas obras já foram encaminhadas à Depi para
15 realizar uma análise de todos esses processos, indicar algumas obras que possam continuar
16 sendo tratadas como essenciais, e outras para esperar um segundo momento para se realizar.
17 Esses são os 10 grupos de despesas onde aparece uma redução de despesas de R\$46 milhões. É
18 importante dizer que os recursos a serem reduzidos estão sendo maiores que essa variação, que
19 aqui a variação acontece um pouco também por causa de pessoal, esse valor é reduzido. Com
20 todos esses cortes propostos, é importante informar que as despesas ainda estão 16,7% acima
21 do que recebem de recursos de tesouro do estado. Então o déficit cresceu muito em relação ao
22 proposto para este exercício. Em seguida, mostra um parágrafo redigido em razão da
23 dificuldade que está sendo qualquer previsão durante a pandemia, com as informações e
24 estimativas mudando a cada dia; ele informa que a Aeplan, em conjunto com a Cplae, fará um
25 acompanhamento mensal das previsões de arrecadação. Imaginando que qualquer coisa pode
26 acontecer, estão sugerindo a possibilidade até de antecipação de uma segunda revisão
27 orçamentária, onde podem propor à COP, em um período antes ou após a segunda revisão
28 orçamentária, novas mudanças em função significativa de mudança no cenário. O balanço da
29 revisão é esse. Depois apresenta alguns dados extras, como o gráfico histórico de como estão
30 as reservas financeiras da Universidade: apesar de um pequeno crescimento nos primeiros três
31 meses, isso vai voltar a cair. E para fazer uma comparação com a proposta orçamentária, só
32 para ficar graficamente mais claro de entender, iniciaram o ano com saldos de anos anteriores
33 de R\$128 milhões, que é o que está laranja embaixo. Em verde, a parte de cima, seriam os
34 recursos disponíveis dentro do saldo, que não estavam ligados a alguma despesa; na proposta
35 de 2020, o déficit anual era de R\$75,5 milhões, e nessa revisão está passando para R\$200,2
36 milhões, apesar de todas as medidas propostas. O SENHOR PRESIDENTE diz que então
37 possuem esse déficit previsto, que é causado em parte pelo que já haviam previsto na proposta
38 de distribuição orçamentária, somado aos R\$171 milhões decorrentes da frustração da
39 arrecadação do ICMS e também da redução da receita própria, e com isso ficam com mais de
40 R\$400 milhões em déficit, isso considerando a previsão de arrecadação da Secretaria da

1 Fazenda, que é considerada otimista. Se não considerarem essa previsão otimista e
2 considerarem uma previsão feita pela Aeplan, terão pouco mais de R\$50 milhões adicionais de
3 déficit, e isso faria com que as reservas financeiras fossem praticamente todas consumidas até
4 o fim deste ano. Portanto, passam por um momento difícil na Universidade, que provocou essa
5 proposta de redução, de contingenciamento de recursos, que agora já está inclusive na página
6 da Unicamp, e que prevê uma série de contingenciamentos em itens principalmente ligados a
7 pessoal e a investimentos dos grupos I e VIII do orçamento. Observa que não estão
8 contingenciando nesta proposta os recursos que foram concedidos até 2019; a proposta envolve
9 contingenciamento só dos recursos do orçamento de 2020, então tudo aquilo que foi
10 comprometido para a progressão, para contratação ou outros gastos em 2019, não foi atingido
11 por esta proposta. E, como disse o senhor Thiago, há R\$128,6 milhões de saldo de anos
12 anteriores que foram incluídos nessa proposta; o último gráfico apresentado deixa bem clara
13 essa participação do saldo do ano passado no orçamento. Disso, R\$64 milhões para as unidades
14 e, do resto, grande parte está destinada a Depi para obras. A Depi já apresentou uma primeira
15 proposta de contingenciamento de parte das obras; não serão contingenciados todos os recursos,
16 uma parte das obras será mantida, outra parte será possivelmente postergada. E a expectativa é
17 que não gastem os R\$128,6 milhões de saldo de 2019, senão a situação financeira da Unicamp
18 para 2021 pode ser complicada. Felizmente possuem a equipe da DEA e da DGA que está
19 tentando controlar os contratos, assim como a Aeplan e a Cplae, que é uma comissão da PRDU.
20 Ela tem como um de seus objetivos nesse futuro próximo acompanhar mensalmente o
21 desempenho das finanças da Unicamp, e também o cenário externo, tanto econômico como
22 político, para guiá-los nos próximos meses. A Cplae vai fazer esse acompanhamento e dar
23 sugestões à Universidade, que podem incluir, naturalmente, a antecipação da próxima revisão
24 orçamentária, se isso for necessário. Lembra que o comprometimento do orçamento da
25 Unicamp com a folha de pagamento é da ordem de 90% neste momento, o comprometimento
26 acumulado no ano de 2020, então possuem pouca margem de manobra com recursos que não
27 sejam vinculados à folha. O restante dos recursos representa uma parcela pequena do
28 orçamento, o que os deixa muito preocupados, porque uma coisa que não desejam fazer é deixar
29 de pagar, naturalmente, o décimo terceiro salário, ou eventualmente até o salário das pessoas
30 no fim do ano. Então é preciso ter um olhar muito cuidadoso para as contas da Universidade e
31 também um olhar muito cuidadoso para o cenário externo, para que consigam passar este ano
32 de muito sufoco com algum controle do saldo financeiro. O senhor THIAGO BALDINI DA
33 SILVA diz que após a publicação da pauta encontrou uma pequena falha no lançamento de
34 dentro do Grupo VIII, de projetos de investimentos autorizados dentro da revisão orçamentária.
35 Por uma falha, um valor de R\$2,5 milhões que deveria estar incluído em despesas entrou na
36 linha de transferências de recursos, como se fosse reajuste de contratos. Solicita que na
37 aprovação seja considerado o acerto desse número, que vai diminuir em R\$2,5 milhões a
38 redução de despesas e, por isso, vai aumentar o déficit em 2,5 milhões. O SENHOR
39 PRESIDENTE pergunta se então a proposta é que somem esses R\$2,5 milhões aos R\$329,4
40 milhões, ao que o senhor Thiago responde que sim. Devem então considerar o total de R\$331,9

1 milhões de déficit ao final deste ano. O senhor IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que sobre os
2 R\$128 milhões que estão arrolados como os valores não empenhados, desses valores, como foi
3 informado, R\$65 milhões devem já estar em posse das unidades para execução como saldo
4 delas, que já estava aprovado antes. Já reclamaram disso outras vezes, mas não possuem esses
5 orçamentos das unidades disponíveis para consultar e entender, de forma que, pela
6 excepcionalidade do momento, seria muito interessante que fosse revisto, desses R\$65 milhões,
7 o que pode ser liberado para o orçamento da Universidade de volta. Não dá para contingenciar
8 porque já foi pago, então a proposta é de requisitar, frente inclusive a publicação dos seus
9 planejamentos orçamentários, uma parte dessa verba que não tenha sido alocada, de algum
10 projeto que possa ser cancelado, pois acha que a excepcionalidade do momento traz uma
11 oportunidade para pararem de atribuir esse valor, que é muito considerável, e pelo menos ele,
12 como conselheiro, não consegue acompanhar exatamente em que está sendo planejado esse
13 gasto, uma vez que ele está na mão das unidades e não no planejamento orçamentário que se
14 discute no Consu. Então essa é uma proposta. As outras propostas vêm já no âmbito das
15 despesas. Observa que a tabela das folhas 06 da pauta está com os valores em milhares, mas ela
16 menciona que estão em milhões. Esse tipo de erro causa bastante confusão porque é uma
17 diferença muito grande de ordem de grandeza, portanto solicita que depois seja feita uma
18 revisão. Sobre as despesas, propõe que para o Grupo Pessoal fosse votada nominalmente aqui,
19 na CAD, no Consu, onde for possível propor essa votação, a questão da aplicação dos valores
20 do novo teto constitucional. Entendem que, pela excepcionalidade do momento, o impacto
21 dessa despesa, e pelo caráter não definitivo da liminar que permitiu essa aplicação, propõe o
22 contingenciamento desses novos valores do teto constitucional. A estimativa é de que isso
23 signifique R\$4,56 milhões ao mês, ou R\$61 milhões no ano, é muita coisa, e que pela
24 excepcionalidade do momento, poderia ser contingenciado. Então essa é uma proposta que
25 gostaria que fosse à votação. O item 3, que fala sobre as variações do Grupo I, às folhas 07 do
26 documento, cita que a manutenção de certas despesas é um fator explicativo dessas mudanças
27 da pauta. Considera isso contraditório com o relatório, que coloca que vai elencar as mudanças
28 que atuam em sentido contrário dentro do grupo de pessoal, mas o item 3 é a manutenção das
29 despesas do ano passado. A manutenção das despesas não é um fator que podem citar para
30 explicar a mudança. Portanto, sugere a supressão do item 3. O item 4 fala sobre a suspensão do
31 pagamento do ITN, inclusive isso foi objeto da Resolução GR-048/2020, e essa discussão nunca
32 foi apreciada de forma colegiada. É contrário à suspensão do ITN, porque, primeiro, não há
33 demonstração do impacto econômico para a Universidade, mas o impacto social dessa medida
34 no orçamento dos trabalhadores é bastante significativo. A Unicamp frustra uma receita do
35 trabalhador e faz aquilo que ela admite que é temerário de ser feito com as unidades. Então,
36 essa despesa, que é habitual, está sendo cortada pela Universidade. Acha isso contraditório,
37 inclusive porque sequer foram avaliadas questões como a economia em passagem aérea e
38 combustível. Houve também notas contrárias emitidas pela Faculdade de Educação e pela
39 Faculdade de Engenharia de Alimentos, que já dão conta de que o ITN, em alguns lugares,
40 mantém as suas premissas de aplicação. Não duvida que em outros também realmente

1 suspendam o trabalho noturno, e nesse caso talvez possa até se discutir, mas, como uma norma
2 geral para a Universidade toda, a suspensão do ITN não faz sentido. Dos itens 7 ao 9, que tratam
3 dos investimentos nas carreiras de docentes e pesquisadores, o impacto é de R\$20 milhões ao
4 ano, então isso é mais ou menos 1/3 do que está sendo aprovado como recurso que está rolando
5 de um ano para outro nas unidades. Talvez esses cortes não precisassem ocorrer, tendo em vista
6 a economia com combustível, passagens aéreas do Grupo V, que ainda não foram apuradas.
7 Não entendem onde essas medidas foram aprovadas, elas estão chegando na COP como um
8 elemento do relatório da Aeplan, não como um item de pauta, e acha que a excepcionalidade
9 do momento não justifica que a Aeplan venha implementar as medidas administrativas e apenas
10 relatá-las no relatório da revisão orçamentária. Medidas dessa natureza deveriam ser
11 encaminhadas para discussão colegiada, preferencialmente no Consu. Ao final das folhas 09 da
12 pauta, em relação às medidas que estão sendo apresentadas sobre restaurantes e transportes,
13 seria importante ressaltar no texto que elas são transitórias, inclusive apontar em que momento
14 que elas podem ser desativadas, porque são medidas que têm um impacto econômico muito
15 pequeno e um impacto social bem significativo, no trânsito intercampi, no trânsito dos
16 aposentados ou no dimensionamento do Restaurante Universitário. Os R\$877 mil não têm esse
17 peso todo, e acha que precisam deixar bem claro no texto que isso é para o momento, enquanto
18 estiver em vigor essa ou aquela medida, porque em isso justificando certas manutenções do
19 planejamento orçamentário para além da crise, o prejuízo é muito sério, e não terão disposição
20 de aceitar. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU agradece primeiramente
21 ao senhor Thiago por ter feito a revisão, sempre com muita excelência, e também pela exposição
22 de grande excelência. Cumprimenta todos os colegas e pede atenção somente a algumas
23 correções ou sugestões mesmo que podem ter ao longo da pauta, erros de redação meramente,
24 para que passem para as próximas instâncias com a revisão um pouco mais refinada nesses
25 termos. Começa elogiando a forma como foi exposto o déficit logo no início do documento,
26 dividindo entre saldo de dotações não empenhados nos exercícios anteriores e as despesas
27 realmente aprovadas para o exercício de 2020. Acha que isso é fruto do acúmulo de um debate
28 que há longo tempo já se considera aqui na COP, e é muito proveitoso que venha dessa forma.
29 Nas folhas 02 da pauta, acha que todos os parágrafos necessitam de correções. Nos primeiros
30 dois parágrafos, parece que existe uma intenção, tratando do ICMS, de que é necessário rever
31 os impactos para o orçamento, porém a forma como fica exposto, de inicialmente dizer que a
32 elaboração inicial da proposta tinha R\$113 bilhões no orçamento da Secretaria da Fazenda, e
33 no momento da revisão de abril, falar de R\$105 bilhões, resultando em R\$2,315 bilhões para a
34 Universidade, esse fato de avisar na revisão de abril o quanto isso vai ser destinado à
35 Universidade, e na proposta original não estar claro o quanto que desses 113 bilhões seriam
36 fornecidos à Universidade, deixa um pouco difícil daquele que está lendo a proposta entender
37 o impacto orçamentário desta revisão feita pela Secretaria para o orçamento universitário. E
38 assim, nesses dois primeiros parágrafos, sugeriria alguma alteração no sentido de fornecer no
39 final do segundo parágrafo algo como “valor que reduziu em tantos reais as receitas previstas
40 inicialmente, na proposta orçamentária inicial”, ou mesmo no primeiro parágrafo dizer, desses

1 R\$113 bilhões, quanto estavam previstos inicialmente para a Universidade, apenas para efeito
2 de comparação, já que é essa a intenção que esses dois primeiros parágrafos propõem. No
3 parágrafo seguinte, existe um erro de conjugação ao final do parágrafo, “esta assessoria opta
4 por manter os valores oficiais, apesar de considerar excessivamente otimista”; “apesar de
5 considerá-los excessivamente otimista”, ou alguma outra modificação que faça essa correção.
6 Já no último parágrafo das folhas 02, a intenção dele quando leem o gráfico é muito boa, é um
7 gráfico muito relevante, importante de estarem ressaltadas essas mudanças que ocorreram na
8 revisão e o quanto isso afeta o déficit. Porém, a forma como ele está redigido está muito confusa.
9 Tem uma recomendação de redação e pode enviar depois, juntamente com as sugestões para
10 outros pontos. Mas observa que às folhas 03, quando é mencionado: “Assim sendo,
11 atravessamos por uma significativa piora no cenário econômico e conseqüentemente nas
12 finanças da Universidade”, tiraria “aliado ao crescimento da inflação, impacta diretamente no
13 crescimento das despesas correntes, agravando ainda mais o déficit”. Isso porque o cenário
14 econômico não demonstra sinais de crescimento da inflação; a meta do Banco Central para este
15 ano está abaixo da do ano passado, com a depressão econômica isso deve se manter, se não se
16 intensificar, até talvez para uma possível deflação. Então acha que não faz sentido justificar a
17 questão da inflação para degradação do déficit. Claramente o motivo é a pandemia e acha que
18 a inflação é um trauma para o povo brasileiro, então quando aparece dessa forma talvez tira um
19 pouco o foco das questões. O SENHOR PRESIDENTE solicita que as correções e sugestões
20 sejam encaminhadas depois, e terão o maior prazer de corrigir. O Acadêmico JOÃO LUIS
21 SARAIVA MORAES ABREU diz, sobre os expressivos cortes que são realizados, que
22 realmente a situação orçamentária é drástica. Fez um estudo sobre a crise orçamentária da
23 Universidade, que está agora transformando em artigo junto ao ex-conselheiro professor
24 Fracalanza, e as conclusões a que chegam são muito temerárias. A questão de que a
25 Universidade, da forma atual que o orçamento se põe, com as estruturas complexas e
26 problemáticas, por exemplo, do não financiamento, como prevê a lei da insuficiência financeira,
27 entre outros tantos demais pontos problemáticos que podem apontar sobre a situação do
28 orçamento, põe a Unicamp a sempre que houver um baixo crescimento econômico, uma baixa
29 arrecadação do orçamento ou uma crise na economia brasileira, que hoje em dia parece o estado
30 normal da economia brasileira estar, e não mais uma questão excepcional, em recorrentes
31 déficits orçamentários. Até hoje isso só foi possível de ser compensado exclusivamente por
32 conta de terem acumulado uma grande reserva, até de forma não tão intencional quanto deveria,
33 mas uma importante reserva que chega agora talvez aos seus momentos finais.
34 Independentemente da quantidade de cortes, acha importante que adotem uma política restritiva
35 neste momento, e é relevante que estejam cortando de todos os cantos também, não apenas de
36 certos setores. É necessário pensar que isso não vai ser suficiente para salvar o orçamento
37 universitário, e esse é um debate que tem de ser posto à mesa, aberto e debatido de forma mais
38 clara. Diante da pandemia do coronavírus, vão precisar de uma repactuação do orçamento da
39 Universidade, como já necessitavam. Chegando a um momento extremo de crise orçamentária
40 por conta da pandemia, essa tendência de sempre terem déficits em momentos de depressão vai

1 levar ao colapso orçamentário da Universidade em breve, se a economia brasileira não se
2 mostrar com uma recuperação pungente ou algo que permita à Unicamp no ano que vem não
3 ter déficit. Além dos impactos do aumento do teto salarial; foi citado no Consu que esse valor
4 chegaria a R\$56 milhões ao ano, então a situação que já era grave se acentua, e parece-lhe que
5 no final desta pandemia, a única forma orçamentária compatível para que a Universidade
6 sobreviva sem reduzir a sua excelência, ou sem reduzir o seu tamanho, que também são opções
7 que estão postas caso não haja uma repactuação, é que negociem com o estado, sublinhando o
8 papel da ciência e aproveitando a oportunidade de pungência que a Unicamp tem tido neste
9 momento, de importância diante do enfrentamento da pandemia, para que consigam não sofrer
10 um colapso orçamentário, como outras universidades já têm enfrentado. Não poderão fazer
11 cortes para sempre, então é necessário questionar isso. O senhor Iuriatan já trouxe de forma
12 muito proveitosa a questão do teto, e solicita, se possível, que a Aeplan forneça um pouco dos
13 impactos da medida para recuperação financeira da Universidade, porque, a seu ver, eles já
14 eram extremamente graves antes da pandemia, mas agora com a pandemia parece uma medida
15 que, se naquele momento já era desmedida de aceitarem, e apesar de concordar que os
16 professores realmente devem ter remunerações excelentes, isso é necessário para mantê-los na
17 Universidade, para competir com a iniciativa privada e evitar que haja saída de professores, no
18 momento isso pode levar, em vez do nível de excelência que essa manutenção dos professores
19 traria, a uma falta de condições sequer de pagar os salários de todos esses funcionários e
20 professores tão essenciais ao funcionamento da Universidade. Dessa forma, também considera
21 importante se puderem neste momento, como a medida por parte do STF permite isso, não
22 aplicar esse aumento do teto, dando a garantia de que, havendo recuperação financeira, isso seja
23 aplicado. Também solicita informações sobre a transparência dos gastos com as unidades, pois
24 lhe parece também que esses R\$65 milhões não são tão cabíveis agora; sabem que grande parte
25 deles é urgente para manter o funcionamento das unidades, mas precisam olhar para o que
26 puderem cortar. O Professor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz que possui
27 dois comentários gerais e um mais específico. Às folhas 05 do documento é citado que a
28 avaliação do governo do estado é excessivamente otimista, e a opinião da Aeplan é mais
29 pessimista. O senhor Thiago também mencionou isso em sua apresentação. Seria interessante,
30 mesmo que isso não se formalizasse no documento, se tivessem alguma noção das projeções
31 que a Aeplan está fazendo e que divergem, de alguma forma, da avaliação do governo do estado.
32 Talvez também a Cplae pudesse indicar uma projeção, para que de alguma forma começassem
33 a pensar e se preparar para esses outros cenários, que ainda não estão claramente configurados,
34 mas que seriam uma possibilidade. Uma questão que já foi levantada pelo acadêmico João Luis
35 é sobre o crescimento da inflação. Parece-lhe meio generalizada uma expectativa de uma
36 recessão, eventualmente uma recessão profunda, e normalmente isso estaria associado com
37 redução de crescimento inflacionário. É óbvio que podem ter em algumas coisas,
38 principalmente a questões associadas diretamente a questão da pandemia, a bens, serviços que
39 estejam associados à área médica, alguma dificuldade de oferta. Mas, no geral, o tipo de
40 consumo que está sendo privilegiado neste momento aparentemente não teria esse problema.

1 Então não sei se teria uma avaliação diferente, se alguma coisa estaria associada a dificuldades
2 de distribuição, dificuldades de produção mesmo de algum item, mas causa sim uma impressão
3 diferente, normalmente estariam pensando em um quadro diferente. Então, como é citado isso
4 no relatório, gostaria de ter alguma ideia sobre o que está motivando essa avaliação de que a
5 inflação tende a crescer. Diverge do senhor Iuriatan e do acadêmico João Luis na questão
6 salarial dos docentes, no que diz respeito ao teto. É uma briga que está ocorrendo há muito
7 tempo pelos docentes, para que não seja utilizado o teto estadual. Ela foi conquistada
8 recentemente, o momento pode ser inadequado, mas não acha que se trata de não aplicar isso.
9 Acha que é uma decisão errada. Na questão do ITN, diverge da Reitoria. Acha que existe uma
10 preocupação que é válida, de que as pessoas não estão na Universidade desempenhando a
11 função no período noturno, mas pergunta se houve alguma tentativa de imaginar o
12 envolvimento dessas pessoas em atividades que estão sendo realizadas à distância. Neste
13 semestre, ministra aulas no período da manhã e da noite; está dando aula virtual, à distância, no
14 período da noite, no período das aulas. O número de pessoas que dão suporte ao ensino noturno
15 não é grande nas unidades, mas pergunta se a Reitoria pensou em alternativas, e acha que nesse
16 aspecto procede a crítica de se tratar de forma diferente a questão do teto salarial e a questão do
17 ITN. Acha que seria necessário pensar um pouco a respeito disso, ter uma avaliação do impacto;
18 tende a privilegiar decisões que sejam um pouco mais horizontais, no sentido de atingir o
19 conjunto da comunidade, e não selecionar setores que são mais prejudicados diante de um
20 quadro difícil, como é o quadro atual. Não tem dúvida de que ele é difícil, de que podem ter no
21 futuro de tomar medidas muito difíceis de serem tomadas, mas a melhor forma é distribuir isso
22 pelo conjunto da comunidade. Quando discutiram a questão do corte das GRs lá bem atrás, já
23 se manifestou nessa direção. Continuam em uma situação que com a pandemia vai se tornar
24 bem mais difícil, mas acha que essa seria uma postura mais adequada, em vez de partirem do
25 corte, tentar alternativas para manter o rendimento das pessoas no padrão que existia antes da
26 pandemia, e diante de um quadro de impossibilidade de cumprir com as obrigações salariais,
27 daí discutir decisões que sejam compartilhadas, inclusive financeiramente, pelo conjunto da
28 comunidade universitária. O SENHOR PRESIDENTE passa a palavra ao Thiago, para que ele
29 apresente a previsão de arrecadação da Aeplan. A Cplae foi recém-recomposta, ela se reuniu
30 nessa semana e pretende fazer reuniões mensais, a próxima reunião está marcada para maio.
31 Até lá levantarão informações, mas a Aeplan já tem uma previsão de arrecadação. Solicita
32 também que o senhor Thiago faça algum comentário sobre o crescimento da inflação, para
33 atender esses dois itens que foram levantados pelo professor Antonio. O senhor THIAGO
34 BALDINI DA SILVA diz que no Grupo I - Pessoal, onde consta a manutenção das despesas
35 com as contratações de docentes e servidores no passado, esclarece que, apesar de não acontecer
36 nenhuma movimentação no sentido de aumento ou diminuição de despesas, ele é um item
37 bastante sensível dentro da comunidade. Ontem, na reunião com os diretores, a primeira
38 pergunta que fizeram foi sobre essas contratações, então é esse o sentido de estar essa frase da
39 manutenção, apesar de não ter grandes alterações de valores. Sobre o ITN, ele é colocado
40 porque independentemente dos motivos, ele já saiu em resolução GR, por isso está inserido. No

1 que diz respeito à inflação, entendem que ela é ruim porque gera reajustes na parte de água e
2 energia elétrica, por exemplo. No item de restaurantes, e grande parte de contratos de fretados,
3 é importante lembrar que apesar de no período dos últimos seis meses poder ter alguma
4 deflação, em alguns contratos isso só vai ser notado em 2021. É por isso a frase da parte da
5 inflação. Mas não vê problema nenhum em se a COP decidir que é melhor tirá-la. Sobre a crise
6 e os déficits decorrentes, até explicando um pouco do passado, isso foi uma decisão que entende
7 que a Universidade teve desde 2014, quando começou a primeira crise, que não foi cortar mais
8 pesado dentro da comunidade, e optou pela manutenção tanto de contratações, reposição de
9 quadro, manutenção no sentido de tentar fazer as obras que fossem possíveis, de tentar
10 movimentar a Unicamp como ela estava, por existir uma reserva financeira que permitisse isso.
11 Imaginavam que em 2020 esse déficit já não seria mais um déficit, que com o crescimento da
12 arrecadação, os itens propostos que não se realizam, começariam e terminariam este ano já sem
13 nenhum déficit financeiro, o que permitiria, a partir de 2021, fazer uma proposta sem precisar
14 utilizar a reserva estratégica. Mas é claro que com a crise, com a pandemia, isso não vai ser
15 possível, e talvez a Universidade tenha de fazer cortes mais duros do que esses no final do ano,
16 em uma proposta ano que vem, porque talvez chegue um momento em que não consigam
17 realmente mais seguir com déficits constantes. Sobre o teto salarial, informa que a revisão aqui
18 é uma parte financeira, não possuem nenhum poder de decidir sobre a parte legal. Estão
19 seguindo o que foi aprovado pelo STF, apesar de ser em liminar, já está valendo, então não
20 veem como não fazer o pagamento do teto constitucional no novo valor. No passado, todas as
21 vezes em que houve corte dos tetos constitucionais, em algum momento algum juiz mandou
22 rever essa decisão. Então mesmo que a COP possa querer efetuar esse corte do novo teto
23 constitucional, é bom sempre ter em mente que isso é uma decisão que pode durar um ou dois
24 meses, no máximo, e algum juiz vai cassar essa decisão. Sobre a previsão da Secretaria da
25 Fazenda ser otimista, desde o início vieram trabalhando, e começaram a olhar uma parte mais
26 interna da arrecadação, os setores da economia, tanto os preços administrados, setores de
27 comércio, indústria pesada, serviços, e fazendo uma análise de como estava a movimentação
28 desses setores durante o mês, até tinham estipulado uma previsão no início do mês, que dava
29 por volta de R\$104 bilhões de arrecadação, que é um número que o professor Francisco citou
30 no início, de menos R\$52 milhões da arrecadação. Mas não expuseram números nessa porque,
31 como ela está com tantas mudanças, muito foi falado no Congresso que a perda de arrecadação
32 de ICMS em abril, maio e junho será por volta de 30%. Se imaginarem qualquer cálculo com
33 recuperação voltando ao normal no final do exercício, já estão falando em número próximo de
34 R\$103 bilhões de arrecadação. Todas essas são hipóteses, que estão acompanhando, estão
35 acompanhando a arrecadação de abril. A liberação de recursos de ICMS ao município é feita
36 de forma um pouco diferente da Universidade, e acompanharam que na primeira semana de
37 abril foi repassado um valor 43% menor para os municípios do que tinha sido previsto pela
38 Secretaria da Fazenda. Isso na primeira quinzena estava por volta de 30%, 35%, e no início
39 desta semana – ainda faltam alguns dias de arrecadação de abril – foi repassado um total de
40 27,5% a menos. A previsão da Secretaria da Fazenda para abril, que vai ser acertada no meio

1 de maio, é de uma queda de 16%, e imaginam que ainda tem uma chance de cair um pouco
2 mais. Frisa que talvez trabalhem com números que não se realizem exatamente no mês, por isso
3 fazem a previsão anual. O ICMS de uma compra realizada hoje não vai ser pago agora em abril;
4 a empresa vai ter a data de pagamento e, em alguns casos, isso está sendo bastante postergado.
5 O mês de março, de acordo com a previsão da Secretaria da Fazenda, teve uma queda de apenas
6 1% ou 2%, uma perda baixa considerando que nos últimos dez dias do mês a economia já ficou
7 parada devido ao isolamento social. Então, imaginam que haverá uma queda maior do que está
8 sendo prevista, e nos próximos meses, mesmo com abertura da economia e um pouco dessa
9 recuperação, talvez a arrecadação do ICMS demore um pouco mais para começar a subir. O
10 SENHOR PRESIDENTE diz que, com relação aos recursos de 2019 que foram transferidos
11 para o orçamento de 2020, e que foram questionados tanto pelo senhor Iuriatan como pelo
12 acadêmico João Luís, como esses recursos se distribuem pelas unidades, na terceira revisão
13 orçamentária de 2019 aparece essa distribuição, todos os recursos que foram transferidos. É o
14 anexo 2 da terceira revisão orçamentária, saldo de dotações das unidades transferidos para 2020,
15 separado por centro orçamentário, um a um, todos eles. Então, esses dados são absolutamente
16 públicos, se quiserem podem consultar a terceira revisão orçamentária, que está disponível na
17 página do Consu, do qual eles são membros. Comentando o uso dos R\$64 milhões para abater
18 o déficit deste ano, diz que essa proposta orçamentária não prevê que mexam nos recursos que
19 foram aprovados em anos anteriores, tanto para contratação como para progressão, e também
20 nos recursos das unidades e de compras e obras liberados até agora. Mas, dependendo da
21 situação da Universidade, não se pode descartar essa possibilidade. Vão torcer para que não
22 seja necessário, mesmo porque, como há um contingenciamento dos recursos que foram
23 distribuídos às unidades neste ano, elas muito provavelmente terão de recorrer a recursos de
24 anos anteriores para completar o valor necessário para os gastos que elas estão prevendo fazer
25 até o fim do ano. Naturalmente, tudo vai depender da duração do período de quarentena, ao
26 qual todos estão sujeitos. Então, dependendo disso, pode ser que as unidades venham a utilizar
27 esses recursos, mas lembra que a Cplae e a Aeplan estão acompanhando e vão acompanhar
28 daqui para frente a situação financeira da Unicamp, e vão propor medidas para que consigam
29 manter um saldo na reserva estratégica, que permita que a Universidade não fique em uma
30 situação muito frágil. Agradece ao acadêmico João Luis e ao senhor Iuriatan por algumas
31 propostas de correção. Reforça o comentário do senhor Thiago de que no caso particular do
32 teto, essa é uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal e foge do âmbito da COP a não
33 aplicação de liminares que foram concedidas pelo Supremo Tribunal Federal. Então, acha que
34 este assunto está naturalmente prejudicado. Com relação à manutenção de despesa, o senhor
35 Iuriatan mencionou que acha conveniente suprimir o fato de que estão mantendo as vagas
36 aprovadas em anos anteriores. No entanto, sugere que seja mantido porque essa é uma aflição
37 que tem atingido tanto servidores como professores. Recebeu na PRDU uma série de mensagens
38 e foi também contatado por telefone por pessoas que queriam saber se aqueles recursos que já
39 tinham sido concedidos, aqueles concursos que estavam em andamento, aquelas progressões
40 que estavam sendo realizadas, se os recursos seriam contingenciados e, como a resposta é não,

1 esse item serve um pouco para tranquilizar o público. Então sugere que se mantenha, ainda que
2 naturalmente a manutenção de alguma coisa não é um fator que atua para reduzir ou aumentar
3 o déficit. Com relação ao contingenciamento de progressões e contratações, isso não é de fato
4 uma proposta da Aeplan. Essa proposta que aparece é fruto da combinação do levantamento
5 que a Aeplan fez com a proposta de contingenciamento que foi feita pela Reitoria e que já
6 aparece na página principal da Unicamp. Então, se os membros quiserem, pode até apresentar
7 alguma coisa daquela proposta, mas ela aparece já na página principal da Unicamp, sob o nome
8 “Ações diante da crise e a construção de um novo futuro”, e lá tem esse resumo. Como estão
9 discutindo a revisão orçamentária e como há uma proposta de contingenciamento, nada mais
10 natural do que combinar as coisas e já embutir essa proposta de contingenciamento dentro da
11 proposta de revisão orçamentária, que é o que está sendo feito aqui. Então lhe parece adequado
12 manter deste jeito a proposta. Com relação à questão a respeito de restaurantes e transportes,
13 esclarece que não há nenhum contingenciamento referente à parte de alimentação; o que há é
14 uma perspectiva de que seja reduzido o gasto com isso. Lembra que os recursos que são
15 arrecadados para compensar os gastos do Restaurante Universitário não são suficientes para
16 arcar com as despesas que possuem anualmente. Então o que aparece na proposta é só a redução
17 do que a Unicamp desembolsa para cobrir a diferença entre o gasto com a alimentação e aquilo
18 que é arrecadado pela contribuição das pessoas que se alimentam nos restaurantes. Com relação
19 ao transporte, de fato há uma perspectiva de redução dos gastos com transporte fretado, e esse
20 é um assunto que naturalmente tem de ser tratado com algum cuidado. Não querem provocar
21 uma redução que prejudique os servidores da Unicamp, mas é necessário levar em conta que
22 com esse cenário de redução forte da arrecadação de ICMS, todos os contratos da Universidade
23 devem ser revistos, e aqui não poderiam dar um tratamento diferente para esse contrato de
24 transporte. A expectativa, como podem ver, é de que a redução não seja grande, mas há uma
25 expectativa de que seja reduzido em parte esse contrato, na medida do possível, assim como há
26 previsão de redução de vários outros contratos, e aí sim em proporções muito maiores, como
27 mencionou o senhor Iuriatan a respeito de passagens aéreas e combustível. Para esses contratos
28 de passagem aérea e combustível, felizmente o que pagam é estritamente o que consomem,
29 então naturalmente há uma expectativa de redução muito forte do valor total gasto com esses
30 itens. Concorde com a proposta do acadêmico João Luis de inclusão às folhas 02 da parcela
31 correspondente à Unicamp do valor de R\$113,8 bilhões, que era a previsão original de
32 arrecadação de ICMS da Secretaria da Fazenda. No entanto, lembra que isso já aparece às folhas
33 04 do documento, no quadro que está bem no topo da página, quando são mencionadas a parcela
34 do recurso do tesouro do estado prevista na proposta orçamentária original e depois na primeira
35 revisão. Não há nenhum inconveniente em incluir esse número, R\$2.499,550 às folhas 02, mas
36 ele já consta às folhas 04. Concorde com a ideia de que será preciso, a depender da situação
37 política e econômica do país, fazer uma discussão mais profunda sobre o orçamento da
38 Universidade, para que ele seja sustentado. Quanto a isso não há a menor dúvida. Inicialmente
39 estão pedindo isso à Cplae, mas é claro que terão de envolver a Universidade como um todo.
40 Assim como estão envolvendo agora nesta proposta de revisão orçamentária o Consu como um

1 todo, incluirão o Consu como um todo na discussão dos contingenciamentos que são
2 necessários para preservar as finanças da Unicamp. Lembra, ainda sobre o que disse o senhor
3 Iuriatan, que essa proposta de contingenciamento vai ser objeto de discussão do Consu; ela está
4 vinculada à proposta de revisão orçamentária, mas certamente será discutida no Consu. Com
5 relação ao ITN, lembra que ele é uma particularidade da Unicamp, e é radicalmente diferente
6 de outros benefícios, ou mesmo do teto salarial, que é alguma coisa que é decidida externamente
7 à Unicamp. O ITN é exclusivo da Unicamp, ele foi baixado por uma resolução GR e, portanto,
8 foi alterado também por uma resolução GR. Os instrumentos utilizados para criação, e agora
9 para alteração do ITN nesse período de suspensão das atividades presenciais da Unicamp, foram
10 idênticos. A resolução GR que criou o ITN estabelece que ele só é devido ao servidor que esteja
11 em efetivo exercício da jornada noturna. Então, comentando o que o professor Antonio colocou,
12 espera-se mesmo que os servidores que recebiam ITN estejam envolvidos em atividades das
13 unidades. Todos os servidores da Unicamp estão envolvidos em atividades das unidades, ainda
14 que por teletrabalho. O que causou a diferença do que existe hoje daquilo que existia
15 anteriormente é que boa parte dessas atividades não precisa ser exercida durante o período
16 noturno, que era o que previa a resolução GR que criou o ITN. Então, como hoje a enorme
17 maioria dos servidores que recebiam o ITN podem desenvolver suas atividades durante o
18 período usual da Universidade, o ITN foi suspenso, até porque ele poderia causar um tratamento
19 diferente de dois servidores que possam estar lotados na mesma seção e que neste momento
20 estão trabalhando no mesmo período de trabalho, que é o período usual da Universidade, de
21 8h30 às 17h30 e que porventura recebam valores diferentes. Porque se o servidor do ITN
22 trabalha nesse horário e trabalha junto com outros servidores na mesma seção, ele receberá
23 R\$1.600, às vezes mais de R\$2 mil a mais, dependendo se ele pertencer ao grupo de servidores
24 do nível médio ou do nível superior. E ele atinge 221 pessoas neste momento, em um universo
25 de seis mil pessoas da Unicamp. Então, se a grande maioria dessas 221 pessoas está exercendo
26 tarefas nos mesmos horários que os mais de seis mil outros servidores da Unicamp, estariam
27 tratando-os de uma maneira diferente dos outros. O Professor ANDRÉ MARTINS
28 BIANCARELLI diz que possui uma dúvida muito específica, mas fará alguns breves
29 comentários gerais sobre o que já foi discutido. Ressalta o trabalho da Aeplan, e particularmente
30 mais um passo adicional na apresentação agora, neste momento muito difícil, da divisão do
31 saldo carregado, a explicitação particularmente desse último gráfico, que não está na pauta da
32 COP, mas estava na apresentação do senhor Thiago, e de que gostou, pois visualmente permite
33 localizar exatamente os tais dos R\$128 milhões carregados de um ano para o outro. Acha que
34 o detalhamento disso ajuda na discussão, inclusive para evitar repetição de velhas conversas a
35 respeito disso, do que isso significa em termos econômicos, e não só orçamentários. Em geral,
36 tende a concordar com as colocações que foram feitas, particularmente pelo professor Antonio,
37 e agora também foi colocado pelo senhor Thiago e pelo professor Francisco, sobre a questão
38 do teto. Em relação ao ITN, entende os questionamentos e os contornos jurídicos e institucionais
39 da medida, mas não só enquanto diretor que recebeu manifestações, incluindo um manifesto
40 assinado pelos funcionários do Instituto de Economia que recebem o benefício, mas também

1 analisando a questão, pareceu-lhe uma medida isolada de qualquer outro esforço e que pegou a
2 todos de surpresa, e imagina que o impacto não deva ser tão grande assim. Então registra um
3 certo incômodo com esse tipo de medida, mesmo entendendo os contornos, a natureza muito
4 peculiar desse tipo de benefício além do salário pago. De qualquer forma, já orientaram no IE,
5 que ninguém, recebendo ou não o adicional do trabalho noturno, deve, a menos que seja uma
6 emergência, continuar trabalhando para além do horário habitual, porque de fato não é o caso.
7 Inclusive estão pedindo para as pessoas respeitarem os fins de semana e feriados, porque uma
8 das consequências da pandemia é o risco de acabar perdendo a noção dessas coisas. Em relação
9 ao panorama da arrecadação, o senhor Thiago deu um quadro muito mais detalhado do ponto
10 de vista quantitativo, inclusive com as projeções para a própria Aeplan. As informações que se
11 tem ainda são muito preliminares, mas são nessa direção, e o quadro é muito pior do que está
12 nessa proposta orçamentária, pelo menos o quadro de momento. Faltam adjetivos para
13 qualificar a incerteza do cenário que estão vivendo. A previsão que está no documento da
14 Aeplan é de 3% de queda do PIB do Brasil, mas aparentemente isso é muito otimista, pois o
15 cenário base já é de 5%. O Focus na verdade demora, por uma própria lógica do sistema, não
16 dá para fazer grandes alterações, para contemplar, mas está no FMI, e ontem houve uma
17 previsão de 10% de queda do PIB. De toda forma, é muito provável que seja a maior queda do
18 PIB registrada na história do Brasil. Mas não é só isso; a questão é em que momento e em qual
19 intensidade e ritmo ocorrerá a recuperação da atividade econômica, e quando estarão de volta
20 ao nível mais ou menos compatível de arrecadação. Isso não dá para saber, há uma quantidade
21 gigantesca de variáveis, inclusive acha que a mais importante é a sanitária. Essas propostas, que
22 lhe parecem um tanto quanto apressadas, de retomar as atividades, podem gerar aquilo que os
23 economistas chamam de efeito em W: estão imaginando uma recuperação em V, mas há outra
24 recaída, ou um W que pode ser até com mais do que duas pernas. Então, não dá para saber, o
25 que dá para saber é que é muito ruim e muito provavelmente este cenário que se refletiria em
26 uma queda de R\$171 milhões de arrecadação para a Unicamp ainda um pouco otimista. Mas,
27 como o professor Francisco mencionou, vão acompanhar isso até por outras métricas, tentando
28 se municiar de todas as informações possíveis, inclusive as qualitativas, acompanhando as
29 propostas de mudança, como as que o acadêmico João Luis comentou, pois desafios terríveis e
30 difíceis os esperam, como repensar o financiamento da Universidade. Viu ontem uma notícia
31 com um dado do estado de Pernambuco, que informava 30% de queda na arrecadação do ICMS.
32 Era mais ou menos esse o dado até a metade de abril, como o senhor Thiago mencionou, mas
33 aparentemente nas últimas duas semanas isso melhorou um pouco. Possui uma dúvida muito
34 pontual no documento, a respeito da contabilização das receitas próprias, das doações relativas
35 à pandemia. Está lá o dado de R\$10 milhões. Em primeiro lugar, não sabia que doações desse
36 tipo entravam assim no orçamento. Não se recorda exatamente em que reunião foi, o Reitor
37 comentou que já estavam atingindo R\$13 milhões em doações, sendo R\$10 milhões oriundos
38 de sentenças judiciais, acordos, destinação da justiça, do Ministério Público. Ficou curioso se
39 essa contabilização que está entrando de R\$10 milhões tem a ver só com essas doações da
40 justiça ou é uma questão de atualização ou não. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz

1 que esse dado de R\$10,7 milhões foi o dado arrecadado até sexta-feira da semana passada. Na
2 verdade, neles estão contidos todos os dados possíveis, tanto o que entrou de sentenças judiciais,
3 como o que entrou de empresas e pessoas físicas. Está tentando ver pelo *site* quanto está isso
4 atualmente, mas o dado de arrecadação até sexta-feira da semana passada, até o dia 24 de abril,
5 era R\$10,7 milhões. Os R\$13 milhões a que o professor Marcelo se referiu deve ter sido uma
6 atualização durante esta semana. Vai tentar computar e informará se conseguir fechar o dado.
7 O SENHOR PRESIDENTE diz que também a Unicamp pode ter recebido a informação, se o
8 dinheiro vem de alguma origem, foi um juiz que determinou que o dinheiro venha para a
9 Unicamp, e esse valor não entra imediatamente. Chega a decisão judicial informando que
10 entrará o dinheiro, mas pode haver um tempo entre a chegada da informação e o ingresso do
11 dinheiro propriamente. E o recurso entra na conta da Unicamp mesmo, a conta que usam para
12 as despesas orçamentárias. Então, neste caso, ele entra como receita e entra também como
13 despesa, e aquilo que ingressar depois da reunião da COP, ou depois da reunião da CAD, será
14 apresentado na segunda revisão orçamentária, lembrando que esse recurso precisa aparecer nas
15 revisões. Normalmente esses recursos chegam carimbados, eles têm de ser destinados a um
16 propósito que é especificado pelo juiz que concede o recurso. Por exemplo, o juiz define que
17 determinado recurso deve ser usado para aquisição de equipamentos de proteção, alguma coisa
18 parecida, e a Unicamp, no momento de gastar os recursos, segue estritamente o que foi indicado
19 no momento da doação. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o professor André
20 comentou que não lembra disso, e realmente, imaginando um período normal, uma doação que
21 é feita para a Universidade, ou uma doação que é feita de recursos para o próprio IE, para
22 alguma unidade, entra na receita própria e esse recurso seria repassado como uma receita às
23 unidades de ensino e pesquisa. Nesse caso das doações, separam exatamente para mostrar que
24 como eles estão chegando com uma necessidade de prestação de contas especiais, e muitos dos
25 recursos têm a mesma finalidade, fizeram orçamentariamente, a Aeplan em conjunto com a
26 DGA, um novo centro orçamentário, que somente decide receita, impedindo que esses recursos
27 possam se misturar. Então, estão mantendo separado para dar uma garantia para a Universidade,
28 e para todos os doadores, que quaisquer recursos que entrem como doações para a pandemia
29 serão executados somente para esse fim. É uma prestação de contas que estão fazendo de forma
30 separada, a DGA está tomando conta de todo esse processo, e achou melhor deixar claro isso
31 na revisão orçamentária, mesmo porque qualquer receita nessa linha vai fazer uma despesa no
32 mesmo valor, no Grupo IX. O Professor SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO
33 parabeniza a equipe da Aeplan e da PRDU, e a iniciativa da Universidade, que lhe parece correta
34 neste momento, pois apesar da grande incerteza do momento, há uma certeza: o cenário
35 econômico e financeiro, para não falar do cenário da saúde, entra em acentuada piora. Essa é
36 uma certeza, dificilmente voltarão a uma situação normal em pouco tempo. Então, faz muito
37 bem a Universidade em antecipar isso. E, mais do que isso, vai ser preciso monitorar isso
38 permanentemente, porque os números vão aparecendo ao longo do tempo. A imprevisibilidade
39 desses números hoje é muito grande, a única certeza é que eles são números negativos e,
40 portanto, é preciso fazer a revisão permanentemente. Acha que esse é o primeiro passo. E dentro

1 dessa linha do primeiro passo, considerando também os famosos R\$128 milhões, que têm
2 gerado discussão em muitas reuniões, dos R\$64 milhões que são das unidades, acha bom
3 também mantê-los, afinal já está havendo cortes de PQO, de PMP, de 25%, mas talvez a COP
4 possa recomendar às unidades que façam seus planos de economia internos. Sabe o valor que o
5 IG possui, que está apresentado na terceira revisão orçamentária, e é bem possível fazer isso.
6 Sabe que algum daquele recurso já está provisionado para ser gasto com licitações que não
7 deram certo no passado, que espera que deem certo este ano, mas há uma parte que é possível
8 economizar, e têm feito tacitamente essa economia. Acha que a COP pode sim recomendar que
9 as unidades façam planos; sabe que não vai acontecer uma corrida de gastos, com o risco de
10 que esse recurso seja contingenciado, acha que há maturidade suficiente na universidade entre
11 os diretores, em todas as unidades, para que isso não aconteça. Entretanto, o esforço de
12 economia deve começar de baixo para cima, e uma recomendação da COP nesse sentido seria
13 positiva. Isso evita tanto eventuais corridas ao gasto, como também a eterna discussão se isso
14 entra ou não entra para compor o déficit. Sabe que provavelmente terão de voltar em outros
15 momentos para recomendar outros cortes. Até por isso, ir antecipando esses possíveis cortes
16 dentro das unidades, também já é algo que vai ajudar no encaminhamento das próximas
17 revisões. Está falando de revisões de maneira geral, não necessariamente as revisões formais,
18 mas possivelmente tenham, como foi dito no início da reunião, ou uma antecipação de revisão
19 ou até mais revisões sejam necessárias, dada a imprevisibilidade. Além das correções que foram
20 comentadas, observa que logo de início o documento lhe causou pelo menos uma interpretação
21 equivocada: o déficit de R\$200 milhões é colocado no quadro na parte de baixo como R\$204
22 milhões; os R\$329 milhões em seguida, no item B, incorporando os R\$128 milhões, ficou na
23 dúvida o que é que está no quê. Talvez possam explicar melhor que dentro desses R\$329
24 milhões já estão os R\$169 milhões de déficit previsto, o que não aparece aqui. Se pudessem
25 melhorar essa introdução, acha que a compreensão do documento ficaria mais fácil para as
26 próximas instâncias. O senhor IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que todos entendem que o teto
27 é uma decisão da justiça, é uma decisão liminar, ela ainda carece da apreciação do pleno do
28 STF para ser definitiva. Isso pode abrir condições para a Unicamp entrar com recurso e pedir
29 tempo para aplicação, se ela quiser. Ninguém aqui tem dúvida de que o décimo terceiro salário
30 é um direito assegurado e consolidadíssimo no Brasil, mas o professor Francisco citou que a
31 necessidade pode apertar e a Universidade pode não ter condição de pagar o décimo terceiro
32 salário. É disso que se trata o aumento do teto, é uma situação tenebrosa, com impacto
33 imensurável para as contas da Unicamp, e acha que não é a questão de dizer que a justiça impede
34 a Universidade de ter esse posicionamento. Consegue entender que a posição da Reitoria é
35 diferente, até por isso propôs que fosse a votação esse assunto. Mantém o destaque sobre o item
36 2 da despesa do Grupo I, que trata da aplicação do novo teto. Sobre a questão da transparência,
37 respondendo ao comentário do professor Francisco, diz que conseguem ver no anexo a dotação
38 de cada centro orçamentário, o que não conseguem ver é como cada um deles vai gastar esse
39 recurso. O que deseja saber é qual o planejamento das unidades que está recebendo essa
40 dotação, uma vez que elas estão fazendo jus a um bom pedaço do orçamento da Unicamp. Sobre

1 as medidas que o professor Francisco comentou que estão na página da Unicamp, ficou na
2 dúvida se existe alguma resolução, algum documento de deliberação da Reitoria. Tem certeza
3 de que se a Reitoria quiser tomar essas medidas, ela toma. O que está sugerindo é que isso seja
4 discutido no colegiado, se for verdade que estão trazendo essas medidas pelo bem da
5 Universidade toda, porque se for como uma medida unilateral da Reitoria, é só deliberar e ir
6 informando nos relatórios, ninguém precisa discutir como item de pauta. Ficou preocupado com
7 a questão do item dos fretados; gostaria que ficasse claro que todas essas propostas de mudança
8 na dinâmica dos fretados são temporárias, mas a fala do professor Francisco deu a impressão
9 de que não, a ideia é fazer uma renegociação de caráter permanente mesmo desses contratos.
10 Se for isso, acha que não mediram o impacto que isso vai ter na organização dos funcionários,
11 na falta do ônibus. Não é só funcionário, tem docente que usa o ônibus intercampi também. Não
12 tem como votar a favor desse item. E, por fim, a questão do ITN. Entende que a postura da
13 Unicamp era de que a crise e a pandemia vão afetar as contas, então estava tirando o ITN, mas,
14 agora, o professor Francisco colocou que ninguém obriga a Unicamp a pagar o ITN, então ela
15 pode suspender o pagamento. Nesse caso é diferente, porque uma coisa é tomar uma medida
16 para responder à crise, a a toda essa turbulência da pandemia, outra coisa é a Reitoria ter a
17 decisão de interromper o pagamento que é particular da Unicamp, que historicamente existiu
18 como uma forma de incentivo, e dizer que agora não faz mais questão de incentivar esses
19 funcionários no trabalho noturno. Observa que há atividades que estão se mantendo; não está
20 falando que não mudou nada para as pessoas que trabalhavam à noite e agora não estão vindo
21 na Unicamp trabalhar. Por exemplo, existe um *chat* de dúvidas da Biblioteca Central que
22 funciona das 19 às 23 horas, em que a pessoa pode tirar dúvida sobre busca no acervo. Inclusive
23 esse serviço foi ampliado durante a crise, foi criado um canal de WhatsApp a mais para que as
24 pessoas, entre as 19 e as 23 horas, pudessem tirar dúvidas sobre a pesquisa no acervo, e esse
25 serviço está mantido, está intensificado, e o funcionário que trabalha nele agora não recebe o
26 ITN. Não está falando em nome do funcionário diretamente, mas contra a decisão da Reitoria
27 de cortar o ITN. Acha que poderiam ter espaço para avaliar os casos onde a premissa do ITN
28 existe. Mas se a proposta da Reitoria é cortar o ITN porque ela acha que não existe obrigação
29 de manter isso, então não tem nada a ver com a crise, é uma proposta da gestão, que não é a
30 primeira vez que vai tirar até as migalhas dos funcionários, lembrando que o poder de compra
31 já está sacrificado, já estão sofrendo arrocho no quadro em salário, que vai desde muito antes
32 da pandemia do coronavírus, o que não está acontecendo com o teto salarial, que teve uma
33 correção de R\$17 mil no começo deste ano. Portanto, mantém o destaque dos itens 2 e 4 e do 7
34 ao 9 daquelas deliberações sobre as despesas do Grupo I. Se não quiserem fazer o destaque,
35 votam a proposta toda, mas será contrário à proposta toda. O SENHOR PRESIDENTE diz que
36 anotou as sugestões de alteração, fica só aguardando o acadêmico João Luis encaminhar as
37 propostas de revisão do texto que ele ficou de passar. Vai se reunir em algum momento com o
38 senhor Thiago para acertarem esse texto. Sobre o que disse o senhor Iuriatan nesse último
39 momento, observa que a proposta de contingenciamento apresentada soma R\$72 milhões, não
40 é um valor pequeno, ainda que possa não ser suficiente para atender a queda de arrecadação, e

1 ela visa justamente que não cortem o décimo terceiro salário. Vão esperar até o mês de
2 novembro para decidir sobre o décimo terceiro salário, mas já estão tomando as primeiras
3 medidas na direção de assegurar que ele seja pago. E, como disse, a Cplae vai acompanhar
4 mensalmente a situação da Unicamp, e se for necessário tomar medidas adicionais para
5 assegurar que não tenham um impacto muito grande sobre o pagamento dos salários dos
6 servidores, essas medidas serão propostas. Com relação à discussão dessas medidas no
7 colegiado, continua não entendendo a observação, porque, como também já mencionou, a
8 proposta de contingenciamento está sendo discutida na COP, será discutida na CAD e no Consu,
9 portanto é exatamente isso que está sendo feito. Não se trata de uma decisão unilateral da
10 Reitoria, mas de um conjunto de medidas que está sendo proposto, justamente para evitar o
11 corte de salários e seguindo os trâmites usuais. Todos os membros da CAD e do Consu terão
12 oportunidade de discutir mais de uma vez esse assunto. Os membros da COP discutirão três
13 vezes; os da CAD, duas; os demais do Consu discutirão uma vez, e as medidas já estão na
14 página da Unicamp, de tal maneira que todos os servidores docentes e não docentes da Unicamp
15 podem dar uma olhada na proposta. A discussão vai ser feita com todas as cartas sobre a mesa,
16 não há maneira de fazer isso de forma mais transparente do que essa que está sendo feita. Com
17 relação aos fretados, o que está sendo discutido agora é a possibilidade de que eles sejam
18 otimizados; passado esse período da pandemia, se os fretados estiverem com uma taxa de
19 ocupação que seja passível de revisão, que permita a junção de linhas ou reagrupamento das
20 linhas de tal maneira a ocupar melhor os ônibus e economizar alguma coisa no transporte, será
21 economizado. A proposta é mais ou menos essa, não há uma proposta de desassistir os
22 servidores da Unicamp. A proposta é seguir a legislação referente a isso e otimizar o serviço
23 tanto quanto possível. Com relação ao ITN, o exemplo citado pelo senhor Iuriatan possibilita a
24 readequação do horário de atendimento do *chat* ou da pessoa que entra no Facebook e que dá
25 alguma resposta. Há possibilidade de readequação ou de adequação desse horário, desse
26 atendimento, para o horário usual da Universidade, não é alguma coisa que exija a manutenção
27 do serviço à noite. A proposta aqui de fato foi atender à resolução GR que especifica que o ITN
28 é devido enquanto o servidor executa as tarefas à noite, justamente para não causar essa
29 diferença entre servidores que têm atribuições similares e que porventura podem estar
30 executando suas tarefas no mesmo horário, o que aconteceria se pagassem o ITN para
31 servidores que estão trabalhando no período diurno. Considerando servidores que estão no
32 início da carreira do nível médio, para as horas noturnas ele recebe 93% a mais do que o servidor
33 que trabalha no horário usual da Universidade recebe por sua hora de trabalho. Então, se os
34 servidores estão sujeitos ao mesmo período de trabalho, parece curioso que por algumas das
35 horas do dia alguém receba 93% a mais que o seu colega. O motivo da criação do ITN era
36 conceder um benefício às pessoas que estão trabalhando à noite, exclusivamente no horário em
37 que estão executando essa tarefa. Essa foi a única medida de contingenciamento que não foi
38 submetida à aprovação porque esse incentivo foi baixado por resolução GR, e portanto também
39 foi, neste momento, suspenso por resolução GR. Dessa forma, não é obrigatoriamente um
40 assunto que precisasse da decisão do Consu, da CAD, da COP para que entrasse em vigor, ele

1 poderia entrar em vigor por meio de uma resolução GR, que foi exatamente o que aconteceu.
2 Pelo que entendeu, há alguns destaques do senhor Iuriatan para o grupo de pessoal. Prefere
3 submeter à COP a proposta como um todo e não sendo aprovada discutem os itens. O Professor
4 ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz que preferiria, se fosse possível, que
5 houvesse votação separada. Houve algumas manifestações de divergência em relação a itens
6 específicos, e dessa forma garantiriam uma provável aprovação da grande maioria dos itens e a
7 possibilidade de as pessoas divergirem em aspectos específicos do tópico. Acha que seria mais
8 elegante e mais interessante em termos de permitir ao mesmo tempo divergências pontuais, mas
9 valorizar o grosso da proposta. Provavelmente não vai afetar as decisões, mas vai dar margem
10 às pessoas para terem divergências específicas e pontuais com a propostas. O SENHOR
11 PRESIDENTE diz que podem agir assim. O Professor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA
12 MEIRELLES pergunta se o item do ITN está incluído entre os itens a serem destacados. O
13 SENHOR PRESIDENTE responde que estão destacados os seguintes assuntos: o item 2, que
14 diz respeito à aplicação dos valores do novo teto constitucional, em atendimento à ADI
15 promulgada pelo Supremo Tribunal Federal. Chama a atenção que, com relação a esse item,
16 não cabe votação da COP, portanto independentemente de a COP manifestar-se favorável ou
17 contrária à aplicação dos valores do novo teto, isso terá que ser feito com base na decisão do
18 Supremo. Nem sempre os desejos dos membros da COP se refletem em ações práticas. A
19 mesma coisa diz respeito ao item 4, a suspensão do pagamento do incentivo ao trabalho noturno,
20 que é o ITN. Como disse, isso é objeto de uma resolução GR, então a COP pode declarar a sua
21 insatisfação com relação à suspensão do pagamento, mas não acredita que ela possa impedir a
22 suspensão. E, finalmente, os itens que são, de fato, do orçamento, que são os itens de 7 a 9. O
23 item 7 é redução em 80% dos recursos do Programa de Desenvolvimento das Carreiras para
24 contratação de docentes e de pesquisadores. O item 8 trata da redução de 50% dos recursos do
25 Programa de Desenvolvimento das Carreiras destinado à contratação de servidores da Carreira
26 Paepe. E o item 9 se refere ao cancelamento total dos recursos destinados à progressão das
27 carreiras, tanto de docentes como de pesquisadores e de servidores Paepe. Não cabe dúvida de
28 que os itens 7, 8 e 9 são itens que compõem o orçamento da Unicamp e sobre os quais a COP
29 pode se manifestar. Mas há sérias dúvidas sobre a manifestação acerca dos itens 2 e 4, então
30 prefere encarar isso eventualmente como uma recomendação, nunca como uma posição da
31 COP, porque esses não são itens que compõem a proposta orçamentária da Universidade e,
32 portanto, tem dúvida se poderiam fazer parte da revisão orçamentária. O Professor SÉRGIO
33 LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO concorda que nos itens 2 e 4 não cabem destaque e
34 votação; caberia, no máximo, uma recomendação da COP. Para os demais sim, acha que faz
35 sentido porque fazem parte da proposta orçamentária. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA
36 MORAES ABREU solicita esclarecimento sobre a questão do incentivo noturno: foi pautada a
37 necessidade de ver a questão caso a caso de cada funcionário, foi pautada a anulação do item,
38 e o professor Francisco também pautou a remodelação dos horários desses funcionários, como
39 uma alternativa da situação. Parece que são diversas propostas, mas que estariam votando
40 exclusivamente a anulação do item. Não sabe se talvez essas recomendações não deveriam vir

1 em conjunto com a deliberação que tomaram sobre a manutenção ou não deste item. O
2 SENHOR PRESIDENTE observa que só se referiu ao texto da Resolução GR-048,2020, que
3 trata disso. O seu artigo 1º estabelece que: “fica suspenso o pagamento do ITN aos servidores
4 a partir do dia 16 de abril e enquanto perdurar a suspensão das atividades didáticas presenciais
5 em decorrência da epidemia de Covid-19”. No parágrafo 1º, a resolução diz que “as unidades e
6 os órgãos que tiverem seus quadros de servidores que fazem jus ao ITN deverão adequar o
7 horário de trabalho destes ao expediente normal da Universidade, compreendido entre as 8h30
8 e as 17h30”. Portanto, esse é o conteúdo da resolução, e se desejarem fazer alguma
9 recomendação, terá de ser alguma recomendação com relação a essa resolução. O senhor
10 IURIATAN FELIPE MUNIZ concorda que devem votar, sobre os itens 2 e 4, uma
11 recomendação da COP. O Professor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES concorda
12 com o encaminhamento, mas, de toda forma, é importante considerar que o ITN é algo que é
13 do item orçamentário. Ele pode ser uma resolução da Reitoria, mas é diferente de uma resolução
14 que é externa à Unicamp, por exemplo do Supremo Tribunal Federal. Não são exatamente a
15 mesma coisa os itens 2 e 4. O item 4 é algo que envolve uma opção da Unicamp de incentivar
16 o trabalho noturno quando ela criou os cursos noturnos. O SENHOR PRESIDENTE diz que
17 compreende, e vão tratar os itens 2 e 4 como sujeitos à recomendação, mas mantida essa
18 diferença entre o objeto de um e o de outro. Uma é decisão externa, a outra é decisão interna, é
19 claro. Feita essa ressalva, sua sugestão é que votem a proposta como um todo, com os destaques
20 aos itens 7 e a 9, e com a possibilidade de votarem em separado as recomendações referentes
21 aos itens 2 e 4. O senhor IURIATAN FELIPE MUNIZ observa que um item, que teve inclusive
22 manifestação do professor Sérgio, é a respeito daquela recomendação para as unidades, de fazer
23 a revisão dessa verba que está com elas para cumprir valores não empenhados em exercícios
24 anteriores. Acha que isso passa como consenso. O SENHOR PRESIDENTE responde que isso
25 passa como consenso. Algumas coisas que anotou, por exemplo, quando o professor André
26 elogiou a inclusão daquele gráfico do Thiago no fim da apresentação, compreendeu que isso
27 havia sido uma sugestão também de inclusão daquele gráfico acompanhando a proposta de
28 revisão orçamentária. Assim como a recomendação do professor Sérgio e outras
29 recomendações que foram feitas aqui e que dizem respeito a emendas no texto. Anotou e espera
30 que o documento final reflita perfeitamente esses comentários. Não havendo mais observações,
31 o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a proposta, com exceção dos itens de 7 a 9, e
32 abrindo espaço para, depois, discutirem recomendações referentes aos itens 2 e 4, que é
33 aprovada por unanimidade. Em seguida, passa aos itens destacados, de 7 a 9, do Grupo I -
34 Pessoal, que tratam da redução de 80% dos recursos para contratação de docentes
35 pesquisadores, redução de 50% dos recursos para contratação de servidores e cancelamento
36 total dos recursos destinados à progressão nas carreiras de docentes, pesquisadores e Paepe.
37 Submete à votação os itens 7 a 9, que são aprovados com 06 votos favoráveis, 01 voto contrário
38 e 01 abstenção. Em seguida, passa ao item 2, e solicita ao senhor Iuriatan que formule a
39 recomendação que ele deseja. O senhor IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que a proposta é que
40 votem uma recomendação dizendo que, pela excepcionalidade do momento, pelo peso da

1 despesa e pelo caráter ainda precário da decisão, busquem formas de contingenciar esse
2 aumento. O voto favorável seria a pessoa querer fazer essa recomendação de não pagar o novo
3 teto. Voto contrário seria a pessoa que não quer recomendação nenhuma e o texto segue para a
4 CAD do jeito que está. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete o
5 item 2 à votação, da forma sugerida pelo senhor Iuriatan, sendo rejeitada com 06 votos
6 contrários e 02 votos favoráveis a recomendação de que seja feito o contingenciamento dos
7 recursos destinados ao pagamento do novo teto constitucional. Passa então ao item 4 do Grupo
8 Pessoal, que diz respeito à suspensão do pagamento do ITN. Solicita um texto referente ao item.
9 O senhor IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que a sugestão seria que a Reitoria revogue a
10 Resolução GR-08/2020, ou pelo menos esse trecho, para que seja revertido esse
11 contingenciamento do ITN. O Professor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES
12 complementa que a sugestão poderia ser de as unidades planejem o envolvimento desses
13 funcionários nas suas atividades didáticas que estão ocorrendo no período noturno. Se estão
14 ocorrendo atividades didáticas no período noturno, como é também de acordo com a resolução
15 GR, as unidades têm de fazer um planejamento de envolvimento desses funcionários nessas
16 atividades, acompanhando, auxiliando essas atividades. O SENHOR PRESIDENTE diz que
17 ele, por exemplo, está ministrando uma disciplina e combinou com os alunos que iria atendê-
18 los à noite; pergunta que tipo de envolvimento os servidores da secretaria de graduação podem
19 ter com essas atividades que ele, remotamente da sua casa, tem mantido à noite com os seus
20 alunos. Não é possível o envolvimento desses servidores da secretaria, por exemplo. As
21 atividades que está desenvolvendo, que envolvem o uso de um programa como esse que estão
22 utilizando agora, são atividades dentro de um espaço de sala de aula, que não abrem a
23 possibilidade para participação dos servidores. Da mesma forma, os servidores que são
24 responsáveis por laboratórios, ou que são responsáveis pelas salas, naturalmente terão pouca
25 margem de negociação com as diretorias das unidades visando a manutenção dessas atividades.
26 Os servidores todos ligados a bibliotecas, a laboratórios, a secretarias, têm pouca chance de
27 colaborar com essas tarefas. O Professor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz
28 que há algumas coisas que podem atenuar esse problema. Primeiro, existe uma diversidade.
29 Pergunta como vão se organizar hoje as provas, se elas forem virtuais; será necessário auxílio,
30 de alguma forma, para organizar isso. Existem aulas práticas que estão sendo dadas
31 virtualmente, provavelmente as pessoas estão procurando programas, vídeos, alguma coisa na
32 rede para realizar isso. Ao invés de cortar tudo *a priori*, e depois eventualmente abrir, podem
33 deixar a situação como está e solicitar às unidades que planejem isso, e analisar esse
34 planejamento. Deixar que isso seja realizado ao nível dos locais que acompanham o
35 desempenho e as atividades dessas pessoas, porque talvez a experiência do professor Francisco
36 não permita isso, mas não sabe se essa avaliação é geral, se ela tem a ver com todos os casos
37 das aulas que estão ocorrendo no período noturno. O SENHOR PRESIDENTE diz que é claro
38 que está aqui comentando o seu caso particular, mas tem 32 anos de Unicamp, já foi
39 coordenador de graduação e diretor. Tem sérias dúvidas de como os servidores poderiam
40 auxiliar na aplicação de provas, que seriam aplicadas no período noturno, assim como não

1 consegue compreender que ajuda eles poderiam dar na busca de material na internet, ou da
2 produção de vídeos. Claro que eles prestam grande auxílio aos professores e aos alunos, mas
3 antes eles prestavam esse auxílio no período noturno porque as atividades eram feitas
4 presencialmente no período noturno, e agora eles continuam prestando grande auxílio, que
5 sempre prestaram, mas não viu motivação para que isso seja feito no período noturno. Imagina
6 que eles consigam prestar o mesmo auxílio no período diurno. Mas anotou a sugestão do
7 professor Antonio de solicitar às unidades que façam planejamento de atividades noturnas para
8 esses servidores que recebem o ITN. O Professor SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES
9 FILHO observa que essa proposta poderia contemplar também as áreas administrativas. No
10 momento em que apareceu esse corte, a reação não foi boa, até porque não houve uma discussão
11 prévia e evidentemente que isso corta rendimento das pessoas, portanto não deveria ser, na sua
12 opinião, a primeira ação. Mas havia entendido, nas outras discussões que tiveram, que isso se
13 deveu a um parecer jurídico que mencionou a possibilidade de futuros problemas judiciais, em
14 função da impossibilidade de se pagar isso no período de atividades não presenciais. Então, em
15 resumo, havendo atividades noturnas, como o professor Antonio sugeriu, e também levantadas
16 não apenas nas unidades, mas nas áreas administrativas, e havendo a possibilidade de reverter
17 uma decisão dessas do ponto de vista jurídico, também seria favorável. Se é uma questão
18 administrativa, acrescentaria nessa moção ou nessa recomendação que a buscassem o mesmo
19 valor de contingenciamento em outras fontes. São cerca de R\$380 mil, e poderiam buscar outra
20 fonte de corte para que o contingenciamento não seja perdido. Então, em resumo, acha que se
21 há possibilidade de reverter isso, é uma questão administrativa e não jurídica, deveria haver um
22 levantamento, encampando a proposta do professor Antonio, de onde esses funcionários estão
23 sendo chamados a trabalhar no período noturno, e para esses voltariam a pagar o ITN, e ao
24 mesmo tempo buscariam o corte do contingenciamento em outras rubricas. O SENHOR
25 PRESIDENTE pergunta ao senhor Iuriatan e ao professor Antonio se essa observação do
26 professor Sérgio pode ser incorporada, que é buscar o mesmo valor de contingenciamento a
27 partir de outras fontes. O senhor IURIATAN FELIPE MUNIZ responde que concorda. O
28 Professor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz que concorda, mas observa que
29 não conseguem decidir agora de onde seria. Talvez a Aeplan possa levantar mais de uma
30 possibilidade, uma que causasse menos dor para a maioria da coletividade. A sugestão do
31 professor Sérgio parece-lhe algo capaz de compor interesses, e não causar um problema para a
32 questão, prejudicar a preocupação orçamentária que a reitoria está apresentando. O SENHOR
33 PRESIDENTE diz que como se trata de uma recomendação, não há necessidade nem condição
34 nesse momento de fornecerem agora o item do orçamento que seria usado para compensar esse
35 valor. Está entendendo que o professor Sérgio quer deixar como uma sugestão genérica que a
36 Universidade busque o mesmo valor de contingenciamento a partir de outras fontes do
37 orçamento que não essa. Não havendo mais observações, submete à votação a recomendação
38 da Reitoria de que seja revogada a suspensão do pagamento do ITN, combinada com a
39 solicitação às unidades e aos órgãos que façam planejamento de atividades noturnas para esses
40 servidores, e que se busque também alcançar um valor de contingenciamento equivalente a

1 esse, recorrendo a outras fontes do orçamento, que é aprovada com 05 votos favoráveis e 02
2 votos contrários. Portanto, essa sugestão será incorporada ao texto que sai aqui da COP e vai
3 para a CAD. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques, redigi a presente Ata que será
4 submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do
5 Conselho Universitário. Campinas, 30 de abril de 2020.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **144ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO**, realizada em 29 de junho de 2021, sem alterações.*